

DOCUMENTOS



D. Pedro IV



D. Maria II



Sá da Bandeira



Palmela



Passos Manuel



Duque de Terceira



Saldanha



Silva Carvalho

Uma carta do Embaixador de França (1836)

*Da Convenção de Evoramonte
à Convenção de Gramido:
a «Entente» entre as potências
como determinante
da política interna portuguesa*

Introdução

Poucos dias depois da *Belenzada* (3-5 Nov. 1836), durante a qual o irrequieto embaixador francês, conde de St. Priest — segundo clamou o seu homólogo britânico¹ — intrigara contra os interesses da Inglaterra neste país, chega a Lisboa Bois le Comte, o novo ocupante da legação do rei de França na capital portuguesa. Em pouco tempo fez quanto pôde para coligir os elementos necessários à elaboração dum filme coerente dos tumultuosos acontecimentos recém-vividos, e dos quais o nome da França, aos olhos dos meios internacionais, não saíra ilibado de suspeitas responsabilidades.

Bois le Comte vem incumbido de rectificar o comportamento inoportuno de St. Priest, bem como de munir o governo francês de informações exactas e fiáveis sobre a situação portuguesa. O resultado das averiguações do novo embaixador encontra-se exposto numa carta dirigida logo em 16 de Novembro ao conde Molé, Primeiro-Ministro de Luís-Filipe de Orléans².

Bois le Comte produz uma análise e um relato que se querem imparciais. Tal não significa, porém, que a França seja parte desinteressada, expectador passivo e indiferente: a imparcialidade não é mais do que a forma de que se reveste o comprometimento da França nos negócios portugueses. Enquanto potência europeia, ela é um dos actores da nossa cena política cujo papel consiste precisamente, por imperativo tático, em não fazer papel nenhum³. A carta de Bois le Comte constitui, pois, um documento que vale menos como testemunho, do que como peça duma estratégia que se apresenta como a não existência de estratégia alguma.

Toda a carta obedece a uma preocupação principal: garantir que será cumprida essa tal estratégia da França em relação a Portugal, endossando, simultânea e indirectamente, a responsabilidade do deslize intervencionista de St. Priest aos próprios partidos, grupos ou facções da política nacional. Daí a aplicada dissecação deste «jogo complicado em que se mistura e confunde sem cessar a luta das opiniões políticas e dos interesses individuais», jogo emaranhado pela variedade de denominações atribuídas a uma mesma espécie partidária, intrincado pelas enigmáticas metamorfoses dos dirigentes. Em suma, a babilónica política portuguesa constituiu um terreno ardiloso onde a lógica é arma insuficiente e a boa fé um risco certo.

Uma vez implicitamente ilibado St. Priest, Bois le Comte situa a questão portuguesa no plano das relações internacionais e no jogo, não menos complicado, das combinações diplomáticas das grandes potências: «Encontrando-se a

¹ Cf. correspondência de lord Howard de Walden para Palmerston, conservada no Public Record Office/Londres.

² Archives des Affaires Étrangères (Paris), Correspondence Politique — Portugal, vol. 156, Carta n.º 9.

³ Salvo, evidentemente, o que lhe competia no âmbito dos acordos internacionais, designadamente do Tratado da Quádrupla Aliança de 1834.

posição dos dois partidos assim estabelecida, as potências estrangeiras mais ligadas aos assuntos internos deste país partilharam as suas alianças entre eles». Bois le Comte consagra largo espaço à explanação desta matéria, introduzindo assim na análise da implantação e evolução do constitucionalismo monárquico português uma dimensão que a nossa historiografia tem descurado, ou ignorado, ou tratado numa perspectiva simplista e redutora.

Nesta terceira hipótese o contexto internacional é praticamente reduzido à Inglaterra, e esta apresentada como a aliada perversa prioritária e exclusivamente empenhada em explorar o país através da monopolização do mercado português. A dominação inglesa seria assim algo de aberrante, voluntariamente perpetrada e perpetuada pelas forças políticas nacionais genericamente rotuladas de cartistas. Na frente destas erguem-se, imponentes mas não resignadas, as forças patrióticas, brandindo o programa da emancipação política e económica, ligadas à França por laços de comunhão ideológica com o legado simbólico da revolução-mãe.

Este tipo de cenário resulta evidentemente dos quadros de análise herdados da historiografia oitocentista, cuja persistência tem sido ultimamente reconhecida como inibitória da formulação de novas problemáticas conducentes à exploração de novos rumos de pesquisa. O Binómio cartismo/setembrismo, quer se traduza por livre/câmbio/proteccionismo, comércio/indústria, liberalismo/democratismo, não dá conta da natureza dos conflitos e dos respectivos *enjeux*, nem permite entender a trajectória política de alguns dos principais responsáveis, nem se coaduna com a heterogeneidade sociológica da base de apoio ou dos apoiantes activos de um e outro partido. O relato de Bois le Comte aponta a necessidade de repensar alguns conceitos, e de introduzir na análise a dimensão externa — não como mero pano de fundo sobre o qual a acção se desenrola, mas como parte integrante dessa mesma acção.

Nenhum partido (entendido no sentido mais lato, e portanto como definição mínima, de um grupo de pessoas actuando duravel e concertadamente na luta pelo poder) podia dispensar o apoio estrangeiro. Numa época em que a intervenção armada nos negócios internos dum país era prática sancionada pelos princípios reconhecidos do direito internacional, a nulidade militar de Portugal transformava-nos em mero peão de jogo das potências⁴. Consequentemente, nenhuma força política endógena podia aspirar a firmar-se sem a indispensável garantia externa. Mais: as alianças externas (potenciais ou reais) podem ter constituído um factor de alinhamento partidário interno, tanto quanto a presumível comunidade de interesses económicos (ou outros factores de aglutinação das forças políticas). Assim sendo, as estratégias e o desfecho das lutas travadas entre os diversos partidos, ou entre os dois partidos habitualmente considerados (setembrista e cartista), tanto terão dependido, *no mínimo*, da relação de forças interna, quanto das decisões tomadas pelas duas grandes potências da Europa liberal e constitucional, a Inglaterra e a França.

Cabe lembrar que nos termos da *entente cordiale* entre a França orleanista e a Inglaterra *wigh*, era ponto assente que Portugal seria domínio reservado da

⁴ Para não referir outros pontos de máxima vulnerabilidade, como seja a nossa permanente penúria financeira.

Inglaterra, para quem nos revestíamos de importância estratégica capital, ao passo que nenhuma oferecíamos para a França: sem a liberdade incondicional de escalar a costa portuguesa, o livre acesso da Grã-Bretanha ao Mediterrâneo encontrava-se comprometido — em caso de guerra na Península podia ser inclusive vedado. Instigando o desacato contra o partido pró-britânico em Portugal, e mostrando-se disponível para apadrinhar a oposição (do que St. Priest fora acusado), a França não só criava um conflito com a Inglaterra sem contrapartida visível, como corria o risco de atear o rastilho da insurreição na Península. Donde resulta que a paz e a estabilidade política (possíveis) eram as preocupações primordiais das duas potências que tutelavam o extremo ocidental da Europa.

Com efeito, se bem que o internacionalismo liberal se tivesse atenuado após as revoluções de 1830 face à cisão declarada do movimento da esquerda europeia e à ascensão dos nacionalismos, tal tradição estava longe de se ter apagado, ao mesmo tempo que persistiam os modelos de activismo político herdados da revolução francesa e se mantinha vivo o mito da missão libertadora da França. A organização de clubes, confrarias e sociedades secretas, enquanto fórmula privilegiada da preparação insurreccional, afigurava-se na Península tanto mais promissora quanto o exército, proverbialmente indisciplinado e mal pago, podia em permanência ser aliciado para aventuras golpistas. A profusão de sociedades secretas na Península, com contactos regulares entre si e buscando actuar concertadamente, poderá explicar muito da «misteriosa» sintonia entre os golpes e contragolpes que ritmaram a vida do constitucionalismo monárquico nos dois países, e justificar a vigilância estrita que as potências exerciam sobre ambos em conjunto. Com efeito, a experiência demonstrara a facilidade com que o vírus da insurreição, em irrompendo dum lado, quase infalivelmente se propagava ao outro, não ficando excluída a possibilidade de transpor os Pirinéus. No período que nos ocupa, a França tinha pois todas as razões para abandonar o partido pró-francês à sua sorte, e nenhuma para o sustentar. Não intervindo, a França contribuía para determinar o resultado das lutas políticas domésticas, uma vez que, furtando-se a apoiar a oposição, deixava esta isolada e irremediavelmente enfraquecida. A indisputada preponderância inglesa em Portugal não é alheia à estratégia francesa.

O termo «partido» fazia parte do léxico político da primeira metade de oitocentos. A historiografia actual continua a utilizá-lo, ressaltando por vezes, mediante a colocação de aspas, a quase certa impropriedade do termo, uma vez que, sabendo-se não designar o conceito moderno de partido, não se procedeu ainda à clarificação do que por tal deva entender-se em relação ao período considerado. Quando o termo «partido» é manifestamente forçado, a análise refugia-se frequentemente nas águas igualmente turvas das «fracções», das «fracções», dos «grupos», «tendências» e «forças» políticas. A confusão conceptual não pode senão conduzir ao reino do arbitrário. O próprio Bois le Comte, por razões evidentemente alheias a qualquer preocupação epistemológica, fez a experiência dos inconvenientes da ambiguidade. Hesitando entre «fracções», «partidos» e «nuances», conclui que as «dez fracções diferentes» em que lhe afirmavam subdividir-se «as duas distinções gerais de partido liberal e partido democrático» poderiam, afinal, ser aumentadas para mais algumas...

Sem ignorar que os «partidos» de então não são os partidos tal como hoje os entendemos e existem, as análises procedem geralmente como se destes se tratasse. Isto é tanto mais obscurecedor quanto a realidade que se visa interpretar diz respeito a um contexto histórico do qual estão ausentes as condições indispensáveis ao funcionamento de *partidos* e à instituição dum *sistema de partidos* enquanto subsistema do sistema político: «... parties presuppose — for their acceptance and proper functioning — peace under a constitutional rule, not an internal war investing, among other things, the very establishment of a constitution»⁵.

Ora, tal acordo quanto às regras fundamentais do jogo político era o que principalmente faltava em Portugal entre 1834 e 1851 (a primeira data pode ser recuada). Como faltava a própria noção de pluralismo, que hoje é indissociável do regime democrático, mas que na época era visto como um factor negativo, uma energia potencialmente desagregadora. Em consequência, o partido maioritário (mas cuja supremacia numérica provinha da manipulação da urna eleitoral) tendia inevitavelmente à monopolização exclusivista do aparelho de estado, revelando a sua natureza propriamente *facciosa* (o estado era ele mesmo uma facção, como se dizia na época).

O que surge a Bois le Comte como uma teia inextricável de interesses pessoais à mistura com paixões político-ideológicas em permanente digladição pelo poder, talvez deva ser encarado como um complexo processo de transição entre o princípio da legitimidade monárquica, irremediavelmente questionada, e a formação de um outro regime baseado na aceitação duma ordem constitucional que fixa o quadro e as regras da competição política. Estão por definir os conceitos que nos permitam aprender/designar essas «forças» ou «grupos» ou «partidos» embrenhados na luta pelo poder; falta reconsiderar o modo como se relacionavam entre si, com a sociedade, com o eleitorado; está por especificar a natureza e o conteúdo da sua representação e do seu mandato institucionais. Os «partidos» de então não possuíam direcção política unificada, nem organização interna, nem conheciam a disciplina de voto parlamentar; ninguém acreditava nas eleições nem o sufrágio era universal. Bem mais importante do que o capital eleitoral (ficção que se fingia levar a sério), e do que, genericamente, a escolha e o juízo da opinião pública («parties in our sense [are] divisions of the country at large»⁶), eram os apoios estrangeiros. Em Portugal, na primeira metade do século passado, as coisas passaram-se como as Potências entenderam que se deveriam passar.

M. Fátima Bonifácio

I.C.S. — U.L.

⁵ Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems*, Cambridge University Press, 1979, pág. 11.

⁶ Id. ib., pág. 21.

Carta ao Conde Molé, Primeiro Ministro da França

Lisboa, 16 de Novembro de 1836

Senhor Conde,

Há dez dias que cheguei a Lisboa, procurei inteirar-me dos acontecimentos que aí acabam de se passar, conhecer a acção dos diversos partidos que neles figuraram, a composição e o objectivo de cada um deles. São hoje consegui, reunindo as noções confusas e por vezes contraditórias que me eram dadas, começar a seguir este jogo complicado, em que se mistura e se confunde sem cessar a luta das opiniões políticas e dos interesses individuais. Vou tentar dar eu próprio a V. Ex.^a uma primeira ideia, a qual, em seguida, tratarei de verificar e esclarecer melhor.

O partido que acaba de ser batido em Belém é conhecido pelas denominações de partido moderado, liberal, cartista, pedrista, chamorro ou servil, devorista. O que o derrubou é chamado indiferentemente partido da opposição, partido extremo, democrático, constitucional, clubista, panteonista.

Esta variedade de denominações é já uma causa de confusão e de obscuridades. Existe outra muito mais grave na incoerência dos elementos que compõem um e outro partido, e nas contradicções de conduta e nas transformações políticas dos personagens que neles figuram.

O desembarque de D. Pedro no Porto conferiu a existência, a esperança e, algum tempo depois, a dominação ao partido das novas ideias em Portugal. Mas aquele acontecimento não congregou a totalidade desse partido, no seio do qual se pronunciou brevemente uma separação que o tempo e as circunstâncias políticas apenas contribuíram para tornar mais profunda.

Uma fracção considerável desse partido aliou-se sinceramente a D. Pedro e ligou a sua sorte à dele. Eram geralmente os personagens mais eminentes que tinham feito, ou sustentado, a Constituição de 1822. Mas tendo D. Pedro trazido a Carta consigo, e tendo-se esta Carta tornado no símbolo da causa deste Príncipe, os que tinham abraçado aquela linha política aderiram a ela. Desligaram-se da obra democrática que tinham adoptado, e o exercício do poder, temperando as suas ideias, granjeou a pouco e pouco a sua convicção no sistema que a principio apenas tinham abraçado por conveniência política. É assim que Agostinho Freire, que em 1823 tinha sido o primeiro a assinar, como Presidente das Cortes, um protesto contra qualquer alteração introduzida na Constituição de 1822; é assim que Silva Carvalho, o chefe do partido jacobino em 1823; e que os Srs. Borges, Magalhães e vários outros dos mais ardentes democratas se encontraram transformados em chefes do partido liberal e moderado.

No entanto a natureza destes personagens não mudou com as suas convicções e o seu papel políticos. Eles transportaram essa natureza toda revolucionária para o sistema moderado ao qual aderiam. Eles seguiram, ou atiraram

D. Pedro para o desvario das mancomunicações ambiciosas tendentes a reunir a Península inteira sob a sua dominação, e agitaram para este fim a Espanha e Portugal com a formação de novas associações. Multiplicaram as sociedades secretas, das quais fizeram um instrumento de influência e de governo. Carvalho era ele próprio o grão-mestre da loja maçónica de Belém. Foi com a ajuda deles que o reformador liberal, D. Pedro, se mostrou diversas vezes como um feroso revolucionário, como um homem de desorganização e destruição, que, depois de ter minado em Portugal todas as bases do estado, rompeu com a Santa Sé, suprimiu violentamente todos os conventos e introduziu o cisma religioso; sentiu-se tanto mais à vontade para entrar neste caminho quanto a fracção puramente revolucionária do seu partido a tal o impeliu, e, além disso, quando era encorajado a entrar nela pelos homens políticos, como o marquês de Palmela, que se lhe tinham declarado favoráveis e que saíam da escola de Pombal, encontrando-se impregnados pelas ideias voltairianas que orientaram este ministro; e como, até ao presente, os pedristas exerceram quase constantemente o poder em Portugal, as medidas mais revolucionárias aí tomadas vieram do partido moderado.

Se pela violência que D. Pedro introduzia nas suas reformas tinha esperado apaziguar o espírito revolucionário e impedir a formação dum partido mais avançado do que o seu, ou antes dissolver este partido, que nunca se tinha verdadeiramente aliado a ele, teve dentro em breve de reconhecer a ilusão daquele plano. Ele tinha necessidade de conciliar a opinião da Europa, e de dar alguns apoios ao trono da sua filha. E estas duas necessidades, só por si, tornaram o seu sistema incompatível com os princípios dos clubes e das sociedades secretas, que já tinham entrado em contacto com as sociedades republicanas da Europa. Se estas associações ainda não julgavam a república admissível em Portugal, queriam pelo menos constituir aí o poder do povo de maneira a não deixar subsistir mais do que uma sombra de realza ainda necessária ao crescimento do novo regime que eles preparavam para a sua pátria. Aquelas concessões feitas pelo poder real a este partido vieram sucessivamente reforçar os elementos do seu poderio. Longe de conseguir dissolvê-lo, cresceu ainda pela influência do movimento revolucionário espanhol e, em seguida, deu à sua acção directora uma intensidade formidável pela formação dum clube que, à imitação de uma das nossas mais célebres associações revolucionárias, adoptou como local das suas sessões um convento, e serviu-se igualmente do seu nome, os Camilos, presididos hoje pelo Sr. Saraiva. O Clube dos Camilos, fechado pelo ministério Freire, Carvalho e Vila Real, obteve licença de retomar as suas sessões públicas desde o 10 de Setembro. No entanto, não tardou a aperceber-se que a própria publicidade, dando-lhe embora mais facilidade para agitar as massas, lhe retirava uma parte da sua força real. Procurou recuperá-la aliando deliberações secretas às suas discussões públicas e concorrendo com as outras associações do país para a formação duma espécie de grande comité director reunindo perto de quarenta membros e que só inicia nos seus projectos as sociedades isoladas em função dos progressos de cada uma delas na carreira revolucionária.

Se o partido democrático se tivesse limitado só a estes elementos, teria sido fácil seguir os seus movimentos, e uma luta franca, decidida, visível aos

olhos de todos ter-se-ia estabelecido entre os pedristas e ele. Mas a partir do momento em que se ofereceu como um ponto de resistência, os descontentes de todas as cores vieram-se juntar-lhe: uns, como o Sr. de Sã da Bandeira, apenas obedeciam ao desejo de vingar uma ambição desiludida; outros mesmo, tal como os Srs. de Loulê, Fronteira, Lumlaires, cediam ao impulso dum sentimento de orgulho aristocrático ferido pela admissão ao pariato de homens sem existência e sem ilustração. Outros, enfim, affectavam não obedecer senão ao sentimento de indignação, ou talvez de inveja secreta, inspirada pela delapidação da riqueza pública em benefício dos que a geriam, e que eles começavam a enxovalhar com o nome de partido devorista. A invocação do bem público e a adesão daqueles grandes nomes cobriam o partido democrático com um véu brilhante do qual lhe pareceu então útil servir-se: atravava para a frente os altos personagens, cuja existência e cujos interesses de conservação diminuíam o pavor que teriam infundido determinados projectos, dos quais ele os fazia instrumentos e cujo alcance estes mesmos nem sequer mediam, uma vez que estavam inteiramente preocupados com as suas ideias de ambição ou de vingança. O partido democrático conta assim entre os seus chefes homens de opinião muito moderada, outros até mesmo de opinião puramente aristocrática, tal como o partido moderado contava entre os seus com personagens cujos antecedentes e até o espírito [?] eram puramente revolucionários.

Encontrando-se a posição dos dois partidos assim estabelecida, as potências estrangeiras mais ligadas aos assuntos internos deste país partilharam as suas alianças entre eles.

As cortes absolutistas tinham-se retirado deste teatro e apoiavam a causa de D. Miguel.

Entre as potências que haviam conservado uma legação em Lisboa, a Espanha era a que tinha a interesses mais directos. Os ministros espanhóis que precederam os acontecimentos da Granja pertenciam geralmente a uma corrente de opinião moderada e, depois da Granja, a administração Calatrava, embora saída duma origem revolucionária, foi dentro em breve atacada da mesma maneira pelo partido dos clubes, que entrou imediatamente em contacto com as associações patrióticas de Lisboa. Mas, mais do que estas considerações, a posição pessoal do Sr. Mendizabal decidiu o governo espanhol em favor do partido moderado português.

O Sr. Mendizabal tinha-se tornado em Portugal o homem de D. Pedro. Tinha-o encorajado ao empreendimento do Porto, tinha-lhe fornecido os meios de o executar. Reclamava com razão uma parte principal na honra do successo. Tinha adquirido a confiança pessoal do Imperador. Alimentava uma espécie de dedicação cavalheiresca (se é que esta palavra pode ser associada ao seu nome) pela Imperatriz. Tinha estabelecido todas as suas ligações no partido pedrista. Tinha-se ligado particularmente com o Sr. Carvalho, cujo tipo de expedientes e também cujo papel em Portugal não eram desprovidos de analogias com a sua própria situação em Madrid.

O governo espanhol, quer antes, quer depois da Granja, acabou assim por caminhar numa espécie de aliança com o partido moderado em Portugal.

As ligações do Sr. Mendizabal com o partido pedrista contribuíram também para estabelecer uma espécie de intimidade de relações entre este

partido e a Inglaterra, cujo governo depositava uma confiança tão extraordinária no Sr. Mendizabal quanto aos assuntos da Península. Mas não havia necessidade deste motivo para decidir a escolha do governo britânico. Era ele que tinha feito renascer e triunfar a causa de D. Pedro; e embora tivesse em breve razões para se queixar deste Príncipe, nem por isso deixava de precisar dum ponto de apoio em Portugal, e não podia encontrá-lo noutra lado a não ser nos pedristas. Entre eles, com efeito, encontravam-se os homens de negócio que tinham sempre tratado com a Inglaterra e que compreendiam a necessidade, para Portugal, de a conciliar, ao passo que o partido democrático, menos acostumado aos cálculos da política, apenas sentia o peso da sua dominação e o desejo de se libertar dela.

O sentimento desta situação e a necessidade dum apoio estrangeiro voltaram para a França as simpatias do partido democrático; e enquanto os seus clubes se concertavam com os nossos jacobinos, os chefes aristocráticos, que se lhe tinham juntado, aproximavam-se da legação do Rei. A ausência de interesses políticos neste teatro deixava que a legação recebesse, sem lhes dar importância, as suas solicitações, e as relações sociais estabeleciam-se de preferência com os que mais a procuravam. Uma espécie de rivalidade criava-se assim, insensivelmente e sem que para isso concorresse vontade ou cálculo, entre a França e a Inglaterra, situação que basta aqui não combater com constante actividade para que ela se pronuncie e estabeleça por si só.

Esta simples exposição do estado dos partidos bastará para permitir a V. Ex.^a julgar do maior ou menor fundamento das versões tão contraditórias que foram divulgadas sobre os acontecimentos do 10 de Setembro e do 4 de Novembro.

Parece-me primeiro (necessário)* estabelecer de maneira irrecusável o erro da opinião que eu próprio partilhava em Madrid, que apresentava o Sr. Mendizabal como estando combinado com os Srs. Freire e Carvalho para operar em Portugal um movimento análogo ao da Granja, e que denunciava estes ministros como tendo traído a rainha D. Maria II no dia 10 de Setembro. Os Srs. Freire e Carvalho tinham tido a imprevidência indesculpável de aplaudir o movimento da Granja porque ele era aprovado, se é que não foi operado, pelo Sr. Mendizabal. Os seus jornais chegaram a insultar Isturitz e Rivas à passagem destes por Lisboa. Com isso tinham despertado e exaltado as esperanças do partido democrático e, desta maneira, sem dúvida, pode dizer-se até certo ponto, que eles concorreram para os acontecimentos do 10 de Setembro. Mas este movimento foi dirigido, no seu princípio, unicamente contra eles, desejava-se o seu derrube e não se queria mais do que isso, tinha-se tentado em vão todos os meios de o obter. O exemplo da Espanha mostrou o caminho para o conseguir. Reuniram-se, ou sublevaram-se, reclamaram a sua demissão. No meio do tumulto uma voz pediu a Constituição de 1820; a multidão repetiu esta palavra como implicando o afastamento dos ministros, mais do que como estabelecendo um regime cujos defeitos toda a gente conhecia. Freire e Carvalho perderam a cabeça face a esta revolta.

* Palavra omitida, aparentemente por lapso, no original. (N. T.)

Perderam-na de novo, bem como todo o ministério de Belém, em 4 e 5 de Novembro. Mas eles estavam tão longe de se entenderem com o partido democrático, que o triunfo deste os expulsou definitivamente do poder, e que este partido massacrou Freire e teria feito outro tanto com Carvalho se um incidente feliz o não tivesse subtraído à sua fúria. Carvalho, refugiado num barco inglês, acaba de partir para a Inglaterra, julgando a sua segurança pessoal comprometida sob a dominação desse mesmo partido.

A opinião que tinha atribuído ao Sr. Mendizabal a participação nos acontecimentos do 10 de Setembro era uma dedução natural do papel que lhe era imputado nos acontecimentos da Granja. Deveu-se modificar esta opinião quando se viu que a torrente revolucionária, que o tinha elevado ao ministério em Madrid, afastara do poder os seus amigos em Lisboa.

É simplesmente na posição das coisas em Lisboa, tal como eu a representei a V. Ex.^a, que se deve procurar a fonte de outro boato, ainda mais absurdo, tão obstinadamente repetido pelo Sr. Calatrava à Rainha Cristina, segundo o qual a legação da França tinha feito os acontecimentos de 10 de Setembro. Estes acontecimentos derrubavam o partido inglês; eles aproximavam do poder personagens que tinham ligações sociais com a embaixada da França: não foi preciso mais.

Mas V. Ex.^a poderá tirar desta exposição uma vantagem mais real e mais prática do que o controle destes boatos, já apagados dos espíritos; encontrará aí mais alguns meios de apreciar o estado presente das coisas, a atitude do ministério, a moderação da linguagem do Sr. de Sá e a luta que este sistema do governo actual tem necessariamente de acabar por suscitar entre os membros do gabinete e os clubes, entre os chefes ostensivos do partido democrático e as associações que constituem o seu verdadeiro espírito e poder.

Não falei neste despacho a V. Ex.^a senão nas opiniões políticas. Mais tarde indicarei uma outra fonte não menos fecunda de divisão no seio deste mesmo partido: as concorrências suscitadas a respeito da sucessão no caso, que muitas pessoas fingem julgar provável, em que D. Maria não tenha filhos. Já só reunindo sob uma mesma cor geral uma multidão de famílias, sociedades, rodas, clubes, associações, que apresentam frequentemente entre si as mais sérias diferenças, é que se poderia agrupar o partido da rainha em duas fracções principais. Quando falar das ideias sobre o direito de sucessão, terei de subdividir em quatro causas rivais: a das princesas brasileiras, a da filha da imperatriz Amélia, a da infanta D. Isabel e a da marquesa de Loulé e dos seus filhos.

Encontrando-me há poucos dias reunido em casa de lord Howard com os chefes das legações da Bélgica, da Dinamarca e do Brasil, fixei a conversa sobre este tema geral, pedindo àqueles senhores para me ajudarem a discernir as nuances entre os partidos em face dos quais nos encontramos situados.

Estes senhores declararam que, nas jornadas de Belém, o partido da rainha apresentava, sob as duas distinções gerais de partido liberal e de partido democrático, dez fracções diferentes, as quais se demarcavam tanto mais umas das outras quanto as suas opiniões se encontravam mais próximas. Eles teriam podido, creio eu, estabelecer ainda mais algumas.

«O palácio de Belém, disseram-me eles, albergava as cinco fracções liberais que seria mais fácil distinguir pelos nomes dos seus representantes, do que pelas diferenças precisas entre as suas opiniões. Eram as — do duque da Terceira, que precipitou o movimento para atribuir a si mesmo a honra do mesmo; do marechal Saldanha, que, avisado de que a acção estava começada, recusou a princípio deslocar-se a Belém por desconfiança do duque da Terceira, e só lá foi devido a um bilhete de lord Howard; do Sr. Lavradio; dos Srs. Carvalho e Freire; do Sr. de Palmela, do Sr. de Mafra ou da camarilha.

«Três nuances, ou fracções, continuavam aqueles senhores, distinguiram o partido democrático, senhor da guarda nacional e da capital: a nuance aristocrática dos Srs. de Loulé e Fronteira, que se mantinham à distância; a parte activa moderada, dirigida pelo Sr. de Sá e também pelo Sr. Passos, tendo ele próprio dito à rainha nesta ocasião que era membro de todas as sociedades secretas do Reino; finalmente a parte activa exaltada, a dos clubes e das sociedades secretas, que apoia o ministério sob reserva, o Sr. Barreto Feio, que vos daremos a conhecer através de duas frases que ele disse numa das últimas reuniões do comité director: uma, que ele achava o paganismo preferível ao cristianismo porque, sendo mais absurdo, era mais fácil de destruir; a outra, que ele não pedia, para assegurar o movimento revolucionário de Portugal, mais do que oito dias de terror, durante cada um dos quais ele encheria uma folha de papel com nomes de pessoas a guilhotinar».

Depois de ter escutado estas explicações, disse àqueles senhores que a conclusão prática que devíamos tirar era não adoptarmos nós mesmos o patrocínio de nenhuma destas fracções; que o seu número mesmo provava a sua fraqueza e instabilidade; que se nós chegássemos a ligar a alguma delas, fosse ela qual fosse, o nome dos nossos governos, teríamos de seguir as variações da sua sorte e das suas transformações; que chegaríamos inevitavelmente, um dia, a uma situação que deixaria de responder à dignidade e poderio dos países que nós representamos; que nós devíamos portanto limitar-nos à protecção geral a dar ao partido da rainha contra D. Miguel, sem aceitar compromissos com as divisões internas a esse partido.

Ainda que o resultado da tentativa de Belém desse força a este conselho, ainda que tenha sido recebido com aprovação expressa por cada um daqueles senhores, não me persuado de maneira nenhuma, Senhor Conde, que seja de natureza a ser seguido. Mas pareceu-me que havia vantagem em estabelecer assim, como princípio e numa ocasião de alguma solenidade, o tom da minha conversa e a cor oficial das minhas relações com os meus colegas.

Peço a V. Ex.^a queira aceitar os protestos da minha consideração respeitosa.

Bois le Comte